

Antonádia Monteiro Borges

Com ênfase pedagógica clara, *Mutações do Trabalho*, do historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, pode ser lido por todos que estejam em processo de aprendizagem. Ou seja, dirige-se basicamente a todos nós. No caso de sua aplicação em sala de aula – e esse parece ser o foco principal do autor – mais um ponto positivo se destaca: cada capítulo pode ser lido separadamente, sem que perca sua profundidade e continuidade analítica.

A obra como um todo e cada tópico em particular se destinam à reflexão sobre a economia não como esfera autônoma, mas como uma peça do quebra-cabeça das relações sociais. E esta forma como a economia se imiscui no mundo da vida, ao mesmo tempo em que se “autonomiza”, é trazida aos sentidos do leitor por meio de reflexões sociais e sociológicas profundas acerca de processos sociais determinantes das “mutações” que sofreu o trabalho no último século. Trata-se portanto de um painel reflexivo sobre o capitalismo no tempo presente, a partir do lugar das relações de trabalho neste sistema.

O autor luta com suas palavras contra o esfacelamento. Para ele, a compartimentação faz com que pensemos que a crise do trabalho – e, em última instância, do Estado – seja um problema pessoal e não uma questão social (p.112). É com este intuito que Teixeira da Silva nos desloca pelo mundo, trazendo-nos de volta ao Brasil e rumando mais uma vez por outras terras: nessa viagem compreensiva ele busca fugir da fatalidade alienada tão em voga no senso comum “globalizado”. Seu esforço visa precisamente cobrir lacunas deixadas pelo ensino formal nas escolas – fenômenos que percebemos mesmo nos bancos universitários. Esta má-formação, aponta bem o autor, é intencional: “as políticas de educação insistem na formação massificada, não seletiva, para o trabalho, desacreditando a escola como forma de democratização da sociedade”(p.104).

Acompanhando a evolução das relações de trabalho ao longo do século XX, o autor nos apresenta um processo civilizador em que, a despeito dos neoliberalismos e globalizações, exige dos Estados-Nações ações efetivas para

a “[garantia de] melhores condições de trabalho” (p.15). Em suma, o autor não crê que as mudanças históricas sejam universais e inexoráveis. Para ele, mesmo que uma iminente “revolução em direção ao mundo automatizado, do tempo livre e da renda garantida” nos ronde, continuamos a viver o trabalho como uma experiência alienada, com “milhões de pessoas em condições de pobreza absoluta e com as ruas repletas de desvalidos da história” (p.102).

Na esteira desta reflexão, é fundamental retomarmos a distinção feita entre trabalho e emprego: para o autor, mesmo diante de um desemprego massivo, as relações de trabalho continuam marcadas pela hierarquia e, conseqüentemente, pela invisibilidade dos corpos de quem labuta. As máquinas, ou melhor, a tecnologia domina os cenários da produção – geralmente em um plano mais imaginário que factual. Segundo o autor, “o desemprego tecnológico surge [surge] em um bom momento para mascarar as políticas neoliberais como as únicas possíveis para superar o impasse tecnologia versus emprego”(p.98).

O Brasil é um cenário emblemático neste sentido: vemos nesta terra um Estado de bem-estar que jamais existiu sendo desmontado! Aqui se somam os problemas conjunturais de toda república de bananas transformada em ilha fiscal – devido às políticas de juros altos e recessão – às perturbações estruturais decorrentes da “reestruturação contemporânea do trabalho”(p.70). Esta esquizofrenia moderna, esta globalização da crise, exige uma cruzada de esforços: “é preciso buscar explicações gerais que dêem conta do mesmo fenômeno em todo o mundo” (p.20). Assim, o autor sustenta uma ação simpática: contra a globalização perversa sugere o uso libertário possível mediante a rede mundial de informações.

Somente uma tomada de consciência global pode ser capaz de trazer o capitalismo vivido pelo outro para perto de nosso mundo. É preciso espalhar pelos quatro ventos o modo como o capitalismo nos atinge. Termos pasteurizados, como globalização, por exemplo, não servem para aproximar nada, nem ninguém. Sua função é tão-somente aumentar o fosso das desigualdades e da intolerância, frutos diretos da distância estamental que perdura no mundo dito moderno.

Por isso, faz sentido a retomada feita pelo autor do modo como Estado e trabalho, dois lados de uma dobradiça, se articularam ao longo deste século para a expansão capitalista. E não é gratuito que a atenção principal do autor seja o império norte-americano *vis-à-vis* as três poderosas nações européias:

Alemanha, França e Inglaterra. Ao traçar a ascensão e queda do modelo fordista e, com este, do Estado de bem-estar social, o autor nos faz compreender o desamparo do ser humano na atualidade: “o que fica, para a maioria das pessoas, é a noção de um fim de época, de um fim do mundo, de um fim da história” (p.72).

Se, num primeiro momento, “o fordismo estimulava o estranhamento entre trabalho e trabalhador”, esta alienação foi minimizada por uma sustentação estatal à solidariedade comunitária minada pela fábrica. Alienados por gerações fabris, com a derrocada deste modelo de produção, os trabalhadores (ou trabalhadores que nunca o foram) já não são mais amparados pelo Estado. Pelo contrário, o Estado de providência se mostra mais como um Estado policial, que pune e encarcera.

Como se espera, os Estados Unidos são paradigmáticos também neste aspecto, flexibilizando o trabalho, enfraquecendo os sindicatos, aniquilando imigrantes e outros sujeitos avessos ao mundo *wasp*¹. Mais ainda, esse processo é orientado basicamente pela vontade e pelos interesses de uma camada específica, a classe empresarial: “reduzir o peso do Estado e a proteção ao trabalho, deixando fluir livremente as chamadas leis de mercado, é proposta de um setor da sociedade que já se sente maduro e em condições de caminhar *sozinho*, com sua *própria força*.” (p. 69-70. Ênfase minha).

Felizmente, com alguma esperança no olhar, para o autor esse processo de exclusão social não se dá sem resistência e luta: são dois lados de uma mesma moeda. Sobretudo quando o despedaçamento atinge “setores de nítida vocação estatal – como escola, hospitais e sanitarismo básico”, o cidadão – convencido por uma república convalescente de que era um cidadão – luta por seus direitos. Lutas reais, de forte conteúdo simbólico, passam a ser travadas entre os que crêem que o Estado e a elite não podem simplesmente se livrar dos trabalhadores quando estes perdem sua plena capacidade produtiva: quando adoecem, envelhecem ou têm filhos, por exemplo. Basta notarmos que uma das maiores chagas apontadas pelos neos de toda espécie é a previdência social (p.84).

As chamadas reformas – do Estado e da previdência – caminham juntas, rumo a um mesmo fim: o descompromisso total. Mas não sem percalços. Além das exigências referentes aos velhos direitos sociais, novas demandas têm tomado

¹ Sigla de White Anglo-Saxon Protestant, isto é, protestantes brancos e anglo-saxônicos.

força como pauta reivindicatória de recentes movimentos políticos, como questões ambientais, por exemplo. Estas novas demandas se somam às anteriores apontando para os perigos da intolerância frente ao diferente – principalmente se este for refratário ao pensamento hegemônico (o neoliberalismo) e à sua linguagem única (o economês).

Por fim, o autor sugere estar na diversidade de formas de vida social a saída para o terror causado pela ausência de definição do tempo presente. Diversidade esta que devemos buscar em outras sociedades e também em nossa própria, em tempos passados. O historiador nos brinda em vários momentos de seu livro com referências a músicas e filmes que marcam com engenho esse processo dual em nosso tempo, verdadeiras obras de arte voltadas à liberdade.

Com esse conhecimento passaremos a valorizar formas de produção menos voltadas à acumulação, e mais à troca – ou seja, à distribuição de riquezas. Descobriremos que a crise vivida não é de falta de emprego, mas de concentração de capital. A decifração desse falso enigma que nos sufoca cotidianamente é utópica e, por isso mesmo, necessária. Já nos mostrou magistralmente Thorstein Veblen que o comedimento pífio do capitalista se traduz em consumo conspícuo e, em última instância, na miséria da maioria. O que devemos buscar, portanto, são formas intensas de vida, traduzidas em relações de aliança e reciprocidade, enfim, em solidariedade e festa.

Francisco Carlos Teixeira da Silva. *Mutações do trabalho*. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 1999. 128p. (Coleção Paradidática).

Antonádia Monteiro Borges é cientista social.
Doutoranda no Departamento de Antropologia
Social na Universidade de Brasília.

Estudos Sociedade e Agricultura, 15, abril 2000: 201-204.

